

ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA E O SISTEMA COLONIAL

META

Apresentar a organização do Estado Português e os objetivos da expansão marítima; apresentação e constituição do Antigo Sistema Colonial.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
identificar os principais órgãos da administração portuguesa;
discutir os objetivos da expansão marítima portuguesa;
definir Sistema Colonial.

PRÉ-REQUISITOS

ter assumido os conteúdos referentes “A Evolução do Capitalismo visto nas aulas anteriores”.



Figura 1 - Monumento aos descobridores Portugueses
(Fonte: <http://pt.wikipedia.org>).

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, vimos a gênese e o desenvolvimento do sistema capitalista.

Num primeiro momento, o processo de acumulação de capital gerou o capital industrial que, por sua vez, se ampliou ou evoluiu para diferentes formas, tais como: Capital Monopolista e Capital financeiro.

Vimos também a formação e desenvolvimento das economias socialistas implantadas a partir da Revolução Russa de 1917.

A partir desta aula, estudaremos a formação do capitalismo no Brasil desde a economia colonial até a industrialização brasileira.



Figura 2 - Engenho colonial (Fonte: <http://oc-cerqueira.zip.net>).

ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO

Portugal tem suas origens no Condado Portucalense, criado pelo rei de Leão e Castela, Afonso VI. Foi entregue a D. Henrique de Lorena por dote de casamento e pelos seus feitos de guerra. Após a morte de D. Henrique, sucedeu-lhe sua esposa, D. Tereza, devido à menoridade do seu filho Afonso Henriques.

Rebelados contra o governo de D. Tereza, os barões de Entre Douro e Minho elegeram Afonso Henriques como futuro rei de Portugal, reconhecido em 1143 na Conferência de Samora. Sucedeu-lhe seu filho D. Sancho, que se destacou pelo povoamento das regiões portuguesas. Em

1267, após a assinatura do Tratado de Badajoz, Portugal já se encontrava definido territorialmente.

Durante a Dinastia de Borgonha (1143-1383), Portugal era um reino agrário cujas rendas provinham da posse da terra. Ao lado dessas atividades, desenvolviam-se outras, como a pesca no litoral e nos rios, o artesanato e a navegação.

Entre 1383-1385, estourou uma revolução, sob a liderança de D. João I, resultante do conflito entre a nascente burguesia comercial e a tradicional aristocracia agrária, marco importante, na medida em que lançou as bases da administração portuguesa.

Com isso, Portugal tornava-se o primeiro Estado centralizado na Europa. Foi um acontecimento precoce, não resta dúvida, mas responsável por lançá-lo às conquistas do além-mar. Na condição de Estado nacional, procurou padronizar pesos e medidas, criou uma moeda única, favorecendo a burguesia nas suas transações comerciais.

O clero e a nobreza não ficaram à parte, pois foram compensados com cargos e funções burocráticas, percebeu-se uma nítida divisão quanto às atribuições dos grupos sociais em Portugal, ou seja, a burguesia dominaria o aparato econômico (apesar da intervenção do Estado) e a aristocracia o aparelho burocrático, enfim, formava-se um Estado patrimonial.

Ao dizer de Faoro,

A realidade do estado patrimonial, afastada a situação feudal, que ensejaria uma Confederação política, amadureceu num quadro administrativo, de caráter precocemente ministerial. A direção dos negócios da Coroa exigia o trato da empresa econômica, definida em direção ao mar, requeria um grupo de conselheiros e executores ao lado do Rei, sob a incontestável supremacia do soberano. Há não apenas tributos a colher, onde quer que haja movimento de bens, senão receitas a arrecadar, com a participação do príncipe em todos os negócios, senhor ele próprio de todas as transações lucros e vantagens (FAORO:1979).

Somente a partir do reinado de **D. João III** foi que a administração portuguesa se caracterizou pela existência de organismos que dirigiram o Estado burocrático e fizeram funcionar a máquina administrativa. Um dos órgãos importantes foi o CONSELHO DO REI, que sempre era consultado quando o monarca precisava tomar determinadas decisões. Após a revolução de Avis, outros órgãos se destacaram, como A Casa do Civil, responsável pelo julgamento das apelações civis e A Casa de Suplicação, responsável pelas questões relacionadas à justiça. O Desembargo do Paço resolvia os conflitos entre os tribunais e as autoridades. Outro órgão criado foi a Mesa da Consciência, responsável por auxiliar o Rei nos assuntos referentes à Fazenda. Para fiscalizar as receitas e despesas de Portugal foi criada a Casa dos Contos, subdividida em duas repartições: Contos de Lisboa e Contos



D. João III

No seu reinado foi iniciada a colonização do Brasil com a implantação do Sistema de Capitânicas Hereditárias.

Vedor

Que ou aquele que vê, inspeciona, fiscaliza; fiscal, inspetor, intendente.

d’El Rei. Para a regência da Fazenda Real, a partir de 1516, foi criado o cargo de **vedor** da fazenda, que cuidavam dos assuntos ligados aos “domínios orientais lusitanos e, no caso do Brasil, ao comércio das drogas”.

No período da União Ibérica (1580-1640) a política administrativa portuguesa ficou sob a responsabilidade do Conselho de Portugal e a área econômica, com o Conselho da Fazenda. Após a restauração, foi criado o Conselho Ultramarino, responsável por todos os assuntos referentes à Colônia, exceto o eclesiástico. Outros órgãos foram criados, como: Conselho de Guerra, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda; para responder pela entrada e saída das rendas régias foi criado, em 1761, o Erário Régio

Como podemos perceber, já começavam a se definir os objetivos do Estado monárquico em Portugal, no que se refere aos seus aspectos econômicos. Era necessário pôr em prática as suas necessidades, para se consolidar, do ponto de vista político, como monarquia centralizada e fortalecida economicamente. Para isso, era necessário buscar os meios para tal feito, isto é, através dos tributos para ampliar as suas receitas.

Nesse contexto podemos visualizar a importância da empresa comercial e marítima que não encontrou resistência de nenhum segmento da sociedade portuguesa, pois estavam todos sob as ordens do soberano.

A história das viagens portuguesas é muito bem conhecida; contudo, foi possível graças a uma série de motivações, tais como: conquista de terras, possibilidades de saques, cobrança de tributos, conquista do comércio africano de escravos e marfim, aspirações da burguesia comercial, busca do caminho marítimo para as terras das especiarias, entre outras.

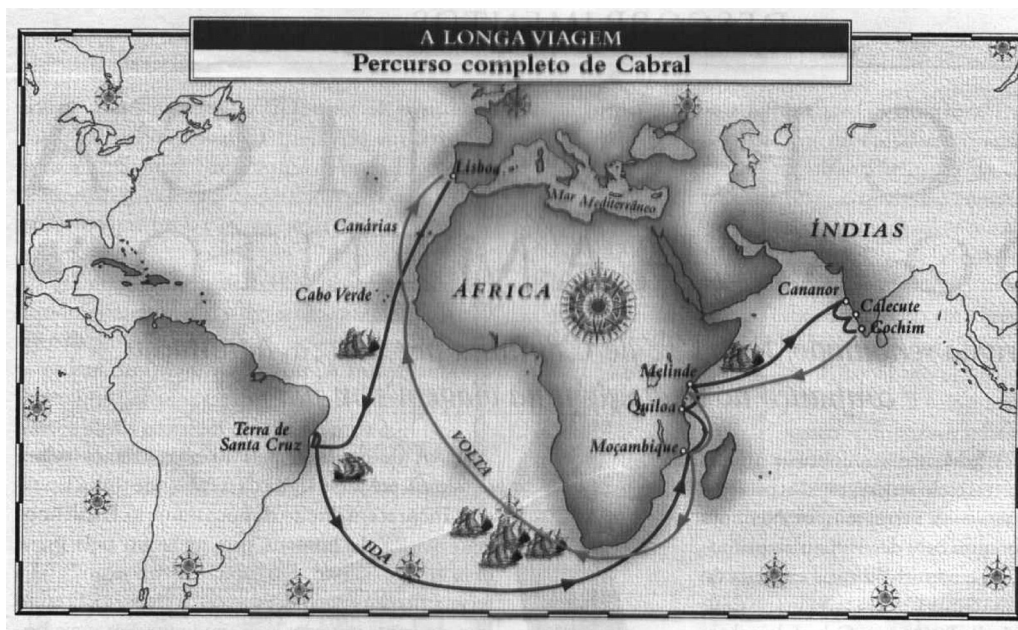


Figura 4 - Mapa da viagem de Pedro Álvares Cabral, em 1500 (Fonte: www.saberhistória.hpg.ig.com.br).

Estimulado, principalmente, pelas notícias sobre o comércio das especiarias, o Estado português lidera o empreendimento, apesar do grande obstáculo que existia para tamanha tarefa, isto é, o Atlântico, visto como o “mar tenebroso”, povoado por monstros e outros perigos.

Com a Casa de Avis, Portugal iniciou a “era oceânica”, iniciada com a conquista de Ceuta em 1415, seguindo-se o Cabo Bojador (1434), Cabo das Tormentas ou Boa Esperança (1488), caminho marítimo para as Índias (1498) e o achamento do Brasil em 1500.

Sem dúvida, a expansão marítima desdobrou-se em duas variantes: A primeira, imediatista, e a segunda, a longo prazo:

Conquanto a primeira vertente respondesse, prioritariamente, aos interesses da nobreza, a segunda atendia de forma mais definida os objetivos dos comerciantes portugueses. Pode-se ainda apontar uma variante nesta última forma de expansão, ou seja, a partir de um determinado momento criou-se a necessidade de fomentar a produção de matérias primas nos locais conquistados que não possuíssem qualquer tipo de atividade geradora de lucros imediatos. A fim de manter a posse das terras e, ao mesmo tempo, retirar ganhos das conquistas, a Coroa incentivou a montagem de estruturas produtivas nessas regiões, de que foram exemplo as ilhas e o Brasil (SALGADO, 1985).

Com isso, o capitalismo estatal vai ser controlado e dirigido pelo Estado, que se fundamenta no fiscalismo como fonte de recursos para a metrópole. Atendia, assim, aos interesses da burguesia e da nobreza.

O monopólio do comércio dos produtos asiáticos e o tráfico de escravos africanos (mão de obra para as regiões produtoras de matérias primas) enriquecia não só os grupos mercantis, como gerava vultosas receitas para o Tesouro Régio, as quais a Coroa, em certa medida, repassava à nobreza através de doação de mercês (SALGADO, 1985).

Após o descobrimento (ou achamento), o Brasil passou trinta anos relativamente abandonado, salvo algumas expedições que aqui estiveram, isto é, exploradoras e guarda-costas. Esse “abandono” ocorreu porque Portugal não ia deixar de lado uma empresa tão rendosa como as Índias, para ocupar uma terra que ao dizer de Pero Vaz de Caminha:

“Esta terra (...) de ponta a ponta é toda praia (...) muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar muito grande; porque a estender os olhos, não podíamos ver senão terra e alvoredos (...) Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos”



Figura 5 - Mapa das Capitânicas Hereditárias.
(Fonte: www.suapesquisa.com).

Conforme o documento citado, a terra não apresentava nenhum atrativo para uma colonização sistemática. Esse período caracterizou-se apenas por ações diplomáticas e arrendamento do comércio do pau Brasil a particulares. Por outro lado, Portugal carecia de recursos financeiros e humanos para intensificar duas empresas colonizadoras simultâneas, aqui e na Índia. E esta exercia atração maior, país das especiarias, com mercado certo na Europa, enquanto de nossa terra, as perspectivas econômicas de início reconhecidas eram desalentadoras (AVELLAR, 1970, p. 47).

Somente a partir de 1530, a Coroa portuguesa resolveu ocupar as suas terras na América, porém, essa ocupação não foi motivada por pressões demográficas, mas pelas demais nações européias em busca da hegemonia no mercado europeu. Era importante a posse de colônias, o que poderia significar a transferência de numerário (em forma de tributos), para a metrópole. Além disso, o comércio das especiarias estava em

crise. Para Portugal, era necessário tornar o seu domínio sobre a colônia, na América, lucrativo.

Realmente, a partir de 1530, quando era rei de Portugal D. João III, iniciou-se a colonização do Brasil com a implantação do regime de Capitânicas Hereditárias; esse fato deu impulso à obra da colonização e colocou a administração do reino e seus domínios em primeiro plano.

Não foi uma experiência nova, pois esse sistema já tinha sido implantado nas ilhas oceânicas. Extensões de terras foram doadas com o objetivo de explorá-las economicamente e povoá-las.

A COLÔNIA ERA UMA DÁDIVA DA METRÓPOLE

O que definia o sistema colonial era o monopólio do comércio das colônias pela metrópole, pois com a prática monopolista, as colônias preenchiam a sua função histórica, ou seja, as colônias existiam para suprir as necessidades metropolitanas.

Por outro lado, o que determinava essa relação era o pacto colonial, através de uma política intervencionista. Detendo o monopólio do comércio colonial, a burguesia metropolitana poderia determinar tanto a alta

dos preços dos produtos originários da metrópole, como também forçar a baixa dos preços dos produtos coloniais. Essa prática era denominada de exclusivismo metropolitano.

Apesar de não haver uma sistematização do Pacto Colonial, era ele que viabilizava o sistema colonial. Tanto os dominados quanto os dominadores o aceitavam de forma natural.

O Pacto Colonial tem as suas origens em dois documentos: o primeiro, escrito em 1747, estabelecia que,

As colônias devem: primeiro dar a metrópole um maior mercado para seus produtos; segundo, dar ocupação a um maior número dos seus (da metrópole) manufatureiros, artesãos e marinheiros; terceiro, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos que precisa (LAPA, 1994, p. 22 apud NOVAES, 1979).

O outro documento, datado de 1776, de autoria do Marquês de Pombal, esclarecia que,

1. As colônias devem estar debaixo da imediata dependência de proteção dos fundadores;
2. O comércio e a agricultura delas devem ser exclusivos dos mesmos fundadores;
3. Aos fundadores pertencem também privativamente os úteis provenientes da agricultura, comércio e navegação das colônias;
4. Para que prestem a utilidade desejada, as colônias não podem ter o necessário para subsistir por si sem dependência da Metrópole; (LAPA, 1994, p. 23).

A partir dessas idéias, foi montado o sistema de exploração colonial, que marcou a conquista e a colonização de toda a América Latina, incluindo o Brasil. Esse sistema de exploração colonial apresentava algumas características como:

- a) Complementaridade — a produção colonial foi organizada com a função de complementar ou satisfazer os interesses dos países metropolitanos europeus. No caso do Brasil, por exemplo, foi organizada uma produção a fim de fornecer açúcar e tabaco, mais tarde ouro e diamantes, depois algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Não se objetivava, de modo algum, desenvolver na colônia qualquer atividade voltada para seus interesses internos.
- b) Monopólio comercial — era o instrumento básico utilizado para amarrar a vida econômica da colônia à da metrópole. Através do monopólio comercial, a colônia tornava-se um mercado exclusivo da burguesia metropolitana. Essa burguesia ficava com o direito de comprar, com exclusividade, os produtos coloniais, fazendo-o ao menor preço possível. De posse desses produtos,

os comerciantes da metrópole os revendiam, no mercado europeu, aos mais altos preços admissíveis. Também era privilégio exclusivo da burguesia metropolitana vender produtos europeus para a população da colônia.

Vamos a um exemplo do que foi dito acima: supondo que o preço de uma caixa de açúcar no mercado europeu fosse 5 libras, e para produzir essa caixa na colônia o produtor investisse 2 libras, se vendido diretamente no mercado europeu esse produtor teria um lucro de 3 libras (150%), lucro excelente não restam dúvidas. Porém, detendo o monopólio do comércio colonial, os mercadores forçavam a baixa dos preços dos produtos. É bom lembrar que os produtores coloniais só poderiam vender para os compradores metropolitanos. Em vez de 5 libras eles pagavam apenas 3. Até aí tudo bem, ainda sobrava um lucro de 50%.

No entanto esse lucro inicial de 50% voltava para as mãos dos mercadores metropolitanos, quando forçavam a alta dos preços dos produtos vendidos à colônia. Daí as dificuldades enfrentadas pela colônia no processo interno da acumulação de capital. Nesse sentido conclui-se que:

- a) Primeiro, temos a colônia como centro gerador de riquezas;
- b) Segundo, a Metrópole como receptor desta riqueza;
- c) Terceiro, o pacto colonial como o responsável pela transferência desta riqueza.

Assim, procurava a Coroa, na medida do possível, transferir rendas para a Metrópole na medida em que:

O sistema de colonização que a política econômica mercantilista visa desenvolver tem em mira os mesmos fins mais gerais do mercantilismo e a eles se subordina. Por isso, a primeira preocupação dos Estados colonizadores será de resguardar a área de seu império colonial perante as demais potências; a administração se fará a partir da Metrópole, e a preocupação fiscal dominará todo o mecanismo administrativo [...] uma parte significativa massa de renda real gerada pela produção da Colônia é transferida pelo sistema de colonização para a Metrópole (NOVAES, 1978, p. 51).

Enfim, Portugal procurou enquadrar muito bem o Brasil na dinâmica do sistema colonial da época mercantilista, pois,

[...] além da arrecadação de impostos, garantia as atividades e possibilidades econômicas reservadas sob contratos e monopólios, chamados na época de “estancos”. Essa administração, desdobrada a partir de 1548 nas instâncias metropolitana, do governo Geral e da Capitania, era responsável pela arrecadação de rendas Régias, cobradas sobre todas as atividades econômicas (uma vez que incluíam a arrecadação dos dízimos), com especial cuidado sobre

as destinadas ao comércio exportador e à conseqüente cobrança de direitos alfandegários [...] (SALGADO, 1985).

As colônias que seguiram esse sistema foram denominadas de colônias de exploração, sendo o exemplo típico aquelas pertencentes a Portugal e à Espanha. Elas apresentavam as seguintes características: produção com base na grande propriedade, produção de metais preciosos e produtos tropicais voltados para o mercado externo e o trabalho escravo.

Mas, nem todas as colônias foram de exploração, e o exemplo típico é o da colonização inglesa na América do Norte, as chamadas colônias de povoamento que apresentavam as seguintes características: a pequena propriedade como base da produção, trabalho livre e a produção voltada para o mercado interno.

O sistema colonial é uma etapa do capitalismo. Esse sistema vigorou na Idade Moderna. Período considerado como de transição do feudalismo para o capitalismo.

ATIVIDADES

1. Qual a importância da Revolução de Avis ?
2. O que foi a “Era Oceânica”?
3. Por que, somente a partir de 1530, Portugal resolveu colonizar o Brasil? Qual o sistema adotado e as razões da sua adoção?
4. Defina Sistema Colonial.
5. Por que afirmamos que a colônia era “uma dádiva da metrópole”?
6. Com base no documento elaborado por Marquês de Pombal, em 1776, identifique a função das colônias.
7. Diferencie colônias de exploração de colônias de povoamento.



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A Revolução de Avis, foi fundamental para a centralização do poder em Portugal. A partir da formação do Estado Nacional, o reino português se lançou aos mares, iniciando assim a “era oceânica”. Foi somente a partir de 1530 que teve início a colonização do Brasil, com a implantação do sistema de capitanias hereditárias. Se não colonizasse a terra descoberta poderia perdê-la para as demais nações européias que disputavam o controle das áreas coloniais. A colônia se constituía em uma dádiva da metrópole e o elemento que definia essa relação de dependência era o monopólio do comércio colonial. As colônias de exploração, no caso específico do Brasil, tinham a função de atender às necessidades da metrópole.

CONCLUSÃO

Portugal foi o primeiro país da Europa a centralizar o poder através da Revolução de Avis. A centralização política foi um dos fatores responsáveis por lançá-lo aos Mares desdobrando-se em duas variantes, uma imediatista e outra a longo prazo. Conquista de terras, possibilidades de saques, cobrança de tributos, conquista do comércio africano de escravos e marfim, aspirações da burguesia comercial, busca do caminho marítimo para as terras das especiarias, foram fatores importantes para a expansão marítima portuguesa. No que concerne à administração Reinol vários órgãos foram criados possibilitando com isso que Portugal administrasse os seus domínios na América. O monopólio era o elemento definidor do sistema colonial. A função das colônias era suprir as necessidades da Metrópole. A exploração das áreas colônias apresentava algumas características tais como: Monopólio comercial, Complementaridade,

RESUMO

Nesta aula, foi discutido aspectos da administração portuguesa e o sistema colonial. Assim aprendemos que:

1. A centralização do poder mesmo que de forma precoce possibilitou a expansão comercial e marítima portuguesa;
2. As capitânicas hereditárias foi a forma encontrada por Portugal para colonizar o Brasil;
3. O monopólio do comércio das colônias pela metrópole definia o sistema colonial, pois através dele as colônias preenchiam a sua função ou seja suprir as necessidades da metrópole.

REFERÊNCIAS

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: FENAME, 1970.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

LAPA, José Roberto do Amaral. **O Sistema Colonial**. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1994.

NOVAES, Fernando A. **O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.



SALGADO, Graça (Coord). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,, 1985

TAVARES, Luis Henrique Dias **O primeiro século do Brasil**: da expansão da Europa Ocidental aos governos gerais das terras do Brasil. Salvador: EDUFBA, 1999.